

Soluções ao alcance da mão

O Brasil continua vivendo seus grandes problemas, agravados agora por uma nova crise cambial e pelas eternas dificuldades na renegociação da dívida externa. Ao mesmo tempo, ressurgem dificuldades políticas e o tão ansiosamente aguardado debate em torno da futura constituição não começa.

Os problemas considerados mais sérios, isto é, os de soluções mais difíceis, continuam tomando conta de todo o espaço, fazendo com que todos nós, Governo e cidadãos, deixem de lado as pequenas coisas, os casos do dia-a-dia, que poderiam ser resolvidos até com extrema facilidade. E, se é verdade que nenhuma dessas soluções salvará o País, também é fato de que elas, se adotadas, melhorariam a qualidade de vida de todos nós.

Não é preciso políticas milagrosas ou verbas milionárias para impedir que a vida nas grandes cidades se deteriore, como está acontecendo agora. Cuidar das calçadas, acabar com o estacionamento de automóveis em locais proibidos, obrigar os camelôs a cederem espaço aos pedestres e acabar com o abuso dos carros que transportam valores, que têm, hoje, mais privilégios do que as ambulâncias, já seria um passo importante.

Essa série de providências, como muitas outras, depende apenas da vontade dos governos. Torná-las, não custa dinheiro nem tempo. É apenas uma questão de eficiência e competência.

Outras medidas estão aí à espera apenas da vontade das autoridades, como é o caso da reformulação da legislação do Imposto de Renda, que não pode mais continuar privilegiando algumas classes, em prejuízo da grande massa assalariada.

É evidente que a simples cobrança do imposto, hoje indevidamente perdoado a parlamentares, militares e magistrados, não irá resolver os problemas de caixa do Governo. Mas, se a manutenção de privilégios é, por si só, odiosa, é também um precedente perigoso. Hoje, os benefícios estão em três categorias, amanhã ninguém sabe quantos serão. E mais, esse dinheiro que o Governo deixa de arrecadar acaba sempre saindo do bolso dos que não têm força política para beneficiar-se de privilégios idênticos.

A diferença de tratamento que o Imposto de Renda dá às chamadas "pessoas jurídicas", em prejuízo claro das "pessoas físicas", isto é, a classe média assalariada, também é injustificável. Agora, por exemplo, os leitores foram surpreendidos com enormes anúncios das escolas particulares comunicando problemas por causa do congelamento de preços. Problemas que, sem dúvida, não existem para os restaurantes de luxo.

No entanto, o assalariado brasileiro está, por lei, impedido de abater na sua declaração de Imposto de Renda o total pago às escolas pela educação de seus filhos. Mas as pessoas jurídicas têm o direito de abater as despesas efetuadas nos restaurantes de luxo: teoricamente estão todos lá em "jantares de negócio".

Essa relação de abatimentos, tolhidos em relação ao assalariado, é quase que livre no que diz respeito às "pessoas jurídicas", que não descontam apenas os "jantares de negócios", mas também as viagens, a gasolina do carro, o salário dos empregados domésticos e muito mais.

E, para piorar essa situação injusta, o Governo agora, como nos velhos e tristes tempos da República velha, resolve decretar que está no salário da classe média a causa maior dos nossos problemas. E como se Delfim Netto estivesse de volta, muda o índice da inflação e, com isso, toma salário daqueles que sempre sustentaram as despesas do Governo. A classe média, que voltará a perder salário, continuará sozinha, pagando o Imposto de Renda. (A.E.).